

ESTRATÉGIAS DA REFORMA EMPRESARIAL VIA GOVERNANÇA ESCOLAR: PRIVATIZAÇÃO E AVALIAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

VANYNE APARECIDA FRANCO FREITAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
vanyne@ufu.br

MARIA SIMONE FERRAZ PEREIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
msimonefp@ufu.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

No movimento de gestão do Estado, os processos de controle e regulação passam a operar por meio de reformas gerencialistas e independem do caráter democrático, que, ao organizarem a educação pública, incluem mecanismos de responsabilização e culpabilização vinculados ao desempenho educacional (Hypolito, 2011).

Fundamentado no gerencialismo, o Estado passa a incorporar mecanismos próprios da gestão privada (Adrião; Pinheiro, 2012) e transfere à sociedade responsabilidades pela manutenção e garantia da educação (Saviani, 2017). Nesse cenário, políticas educacionais são formuladas e conduzidas alinhadas à racionalidade neoliberal, sendo as responsáveis pela difusão do modo de gestão empresarial para a governança escolar.

Segundo Freitas (2018), tais formas gerencialistas estruturam-se em uma engenharia de “alinhamento” que tende a sufocar a diversidade escolar e cultural, por meio da padronização do ensino, da intensificação das avaliações e da responsabilização de escolas e de seus atores pelos resultados. Assim, a qualidade da educação passa a ser mensurada por médias de desempenho em avaliações, que reduzem a educação à aquisição de habilidades e competências básicas (Freitas, 2018).

Diante deste contexto, e ao considerar a necessidade de fortalecer e consolidar estruturas de governança escolar capazes de assegurar a participação efetiva dos atores escolares, este estudo teórico – desenvolvido por meio de análise dialogada da literatura - teve por objetivo demonstrar que as mudanças e os efeitos da reforma empresarial se



difundem, via governança escolar, para os diferentes níveis da educação, especialmente por meio de estratégias de privatização e avaliação, com impactos aos atores escolares.

DESENVOLVIMENTO

Nas últimas décadas, reformas educacionais em diversos países passaram a orientar-se por princípios de eficiência, produtividade, responsabilização e mensuração de resultados. Nesse contexto, a educação é progressivamente atravessada por mecanismos de gestão empresarial que aproximam a governança escolar de modelos administrativos do setor privado, com o foco das políticas educacionais em instrumentos de regulação baseados em desempenho, metas e indicadores (Ball, 2011).

Como argumentam Dardot e Laval (2016), a racionalidade neoliberal atua como uma forma de governo que reorganiza instituições e práticas sociais segundo a lógica da concorrência, da gestão por resultados e da responsabilização individual. Nesse contexto, a padronização curricular e as avaliações em larga escala constituem elementos centrais da agenda reformista, e atuam como mecanismos de indução e controle das práticas educativas. Freitas (2018).

Nesse processo, a privatização da educação e os sistemas de avaliação, incorporados ao cotidiano escolar, são consolidadas como estratégias de reorganização das práticas institucionais e pedagógicas, e produzem desdobramentos nas condições de trabalho docente, nos processos de aprendizagem dos alunos e nas formas de participação da comunidade. Neste sentido, estudos teóricos a seguir sintetizam os efeitos da reforma empresarial, difundidos via governança escolar entre os diferentes atores escolares.

Das principais implicações, os gestores escolares estão sujeitos ao sistema empresarial competitivo e à cultura de responsabilização (Ball, 2005; Freitas, 2018a); à pedagogia de gerenciamento (Ball, 2005); ao comportamento do mercado e às parcerias público-privadas de gestão (Hypolito, 2011); à prestações de contas (Ravitch, 2013; Freitas, 2018); à racionalização dos processos e à substituição da gestão democrática por uma gestão tecnocrática ou autocrática (Freitas, 2018; Lima, 2018).

Já as escolas estão sujeitas ao controle da pedagogia e dos currículos centralizados fora da escola, à remodelação da prática de sala de aula, aos mecanismos de performatividade cotidianos (Ball, 2005; Freitas, 2018; Libâneo; Freitas, 2018); com o sucesso baseado em bons resultados, altamente regulamentadas (Ravitch, 2013a;



Libâneo; Freitas, 2018); homogeneizadas segundo parâmetros de eficácia, tidas como vendedoras de serviços educacionais (Mejía; Olvera, 2010); precarizadas em suas condições físicas (Hypolito, 2011); e com corte de custos, na concorrência com escolas privadas sem regulamentação (Ravitch, 2013).

Por sua vez, os docentes estão inseridos na performatividade (Ball, 2005; Lima, 2018), com necessidade de adquirir habilidades administrativas (Mejía; Olvera, 2010; Freitas, 2018; Lima, 2018); inseridos em um sistema de competição e de cumprimento de metas (Ball, 2005); responsabilizados pelo desempenho dos alunos e da escola (Ball, 2005; Hypolito, 2011; Ravitch, 2013; Freitas, 2018); com sua identidade baseada na competência (Ball, 2005); com a ética e eles mesmos substituídos pela tecnologia (Ball, 2005; Ravitch, 2013); sem espaços para tomada de decisão, supervisionados, alienados (Lima, 2018), inseridos em um trabalho precarizado e com necessidades ignoradas (Libâneo; Freitas, 2018).

E os discentes e a comunidade ficam sujeitos à mensuração e à constante comparação, retrabalhados na pressão por produtividade e concorrência (Ball, 2005; Ravitch, 2013; Freitas, 2018), regulados por padrões de mercado (Mejía; Olvera, 2010) e por sistemas de avaliação (Ball, 2005; Hypolito, 2011; Ravitch, 2013); em uma cultura de campo de treinamento, com o contato humano sacrificado (Ravitch, 2013); com sua cultura e seus padrões cognitivos e morais negligenciados (Freitas, 2018); e sem suas necessidades de ensino atendidas (Libâneo; Freitas, 2018).

Desencadeadas em sequência a todos os níveis da educação, e do mesmo modo que a implementação das políticas públicas, as implicações da privatização e da avaliação seguem um movimento *top-down* – de cima para baixo – no qual as mudanças difundem-se via governança escolar para todos os níveis dos sistemas de ensino, até chegar no professor, nos alunos e na comunidade (Freitas, 2018). Este modelo *top-down* representa a noção tradicional do trabalho administrativo: acontece de cima para baixo e privilegia estratégias de controle, de planejamento, de responsabilização e de imposição do medo de sanções (Roth Deubel, 2003).

Como os atores escolares estão interligados, e o objetivo é usar a escola como ferramenta das mudanças necessárias à reforma empresarial, os efeitos e as consequências de ações e políticas públicas educacionais perpassam toda a escola e alteram o cotidiano de todos os envolvidos.



CONCLUSÕES

Um dos impactos da avaliação e da privatização às escolas públicas e aos envolvidos é a substituição da administração pública tradicional - baseada nas regras do direito público e na gestão democrática da escola - por uma racionalidade formal comandada por princípios e padrões de eficiência de mercado e pela tecnologia.

Neste processo de substituição, desponta a necessidade de aprofundar a reflexão sobre essas estratégias gerenciais incorporadas ao cotidiano escolar via governança, por meio de programas de avaliação e de privatização, já que trazem sérias implicações a todos os atores escolares. Além das implicações, o modo operacional dessas estratégias não consideram a “complexa realidade inclusa na dialética de escola e sociedade” (Albuquerque; Albuquerque, 2012, p.185) e tentam justificar-se como parte de uma solução da dita “crise educacional” (grifo das autores), mas que comprometem o compromisso com a construção de uma escola pública de qualidade social, inclusiva e emancipadora.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PINHEIRO, D. A presença do setor privado na gestão da educação pública: refletindo sobre experiências brasileiras. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 1, n. 1, jan./jul, 2012.

ALBUQUERQUE, F. C. A. ALBUQUERQUE, M. G. M. T. O gerencialismo na educação pública como mediação no sucesso escolar, In: SOUZA, A. de A. *et al.* (org.). **Educação e formação para o trabalho no Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set/dez. 2005.

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (org). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2017.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HYPOLITO, Á. M. Reorganização gerencialistas da escola e trabalho docente. **Educação: teoria e prática**, Rio Claro, SP, v. 21, n. 38, out./dez. 2011.



LIBÂNEO, J. C. FREITAS, R. M. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar**. Goiânia: Ed. Espaço Acadêmico, 2018.

LIMA, L. C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública. **Educar em Revista**. Curitiba, v. 34, n. 68, p 15-28, 2018.

MEJÍA, F.; OLVERA, A. Gestión escolar: un asunto de mercado, de Estado o de sociedad. Algunas experiencias internacionales. **Revista Latinoamericana**, vol. XL, n. 1, 2010.

RAVITCH, D. **Reign of error: the hoax of the privatization movement and the danger to America's Public Schools**. New York: Alfred A. Knopf, 2013.

ROTH DEUBEL, A. N. Uma itnrodución para el análisis de las políticas públicas. In: **Revista Cuadernos de Administración**. Universidad del Valle, n. 30, 2003, pp. 113-128, 2003.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2017.

